

MICROCRÉDITO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO NORDESTE: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA AGROAMIGO NO VALE DO AÇU-RN

*Rural microcredit and family farming in the Northeast: an analysis of the
Agroamigo program in the Açu-RN Valley*

*Microcrédito rural y agricultura familiar en el Nordeste: un análisis del
programa Agroamigo en el Valle del Açu-RN*

Geogina Willida DANTAS – Bacharel em Economia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Assú, Brasil. *ORCID ID:* <https://orcid.org/0000-0002-1774-6381>
CURRICULUM LATTES: <http://lattes.cnpq.br/3058251870625215>
EMAIL: geogina_dantas@hotmail.com

Joacir Rufino de AQUINO – Professor do Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Assú, Brasil. *ORCID ID:* <https://orcid.org/0000-0003-0772-7141>. *CURRICULUM LATTES:* <http://lattes.cnpq.br/7727801529182319>



RESUMO

O objetivo do presente artigo é analisar a evolução e os limites do programa de microcrédito rural Agroamigo na microrregião do Vale do Açu, no estado do Rio Grande do Norte (RN), compreendendo o período de 2006 a 2013. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica abrangendo as principais publicações acadêmicas sobre o tema, bem como a tabulação de dados estatísticos obtidos por meio da Lei de Acesso Informação e entrevistas com mediadores locais do programa. Em linhas gerais, o trabalho mostra que o Agroamigo se converteu em uma política pública de financiamento importante para os agricultores familiares pobres do Vale do Açu. Ao longo dos seus anos iniciais de existência, o programa realizou mais de 7 mil contratos e investiu na microrregião um volume superior a R\$ 15 milhões, sendo uma parcela significativa desses recursos destinada as mulheres rurais. Apesar de seus bons resultados operacionais e dos baixos índices de inadimplência, constatou-se que o microcrédito do Agroamigo tem contribuído pouco para a diversificação das fontes de renda do público atendido, carecendo de uma maior integração com outras ações governamentais para fortalecer as capacidades produtivas das famílias pobres do campo.

Palavras-Chave: Agricultura Familiar. Agroamigo. Microcrédito. PRONAF. Vale do Açu.

ABSTRACT

The objective of the present article is to analyze the evolution and limits of the Agroamigo rural microcredit program in the Açu Valley microregion in the state of Rio Grande do Norte (RN), covering the period from 2006 to 2013. For this, was made bibliographic research covering the main academic publications on the subject, tabulation of statistical data obtained through the Law of Access Information and interviews with local mediators of the program. In general terms, the

Histórico do artigo

Recebido: 02 novembro, 2018
Aceito: 28 novembro, 2018
Publicado: 29 dezembro, 2018

work shows that Agroamigo has become an important public financing policy for poor family farmers in the Açu Valley. Throughout its initial years of existence, the program has carried out more than 7 thousand contracts and invested in the microrregion a volume of more than R \$ 15 million, a significant portion of which is destined for rural women. Despite its good operating results and low delinquency rates, Agroamigo's micro-credit has contributed little to the diversification of the sources of income of the public served, requiring a greater integration with other governmental actions to strengthen the productive capacities of poor rural families.

Keywords: Family Farming. Agroamigo. Microcredit. PRONAF. Açu Valley.

RESUMEN

El objetivo del presente artículo es analizar la evolución y los límites del programa de microcrédito rural Agroamigo en la microrregión del Valle del Açu, en el estado de Rio Grande del Norte (RN), comprendiendo el período de 2006 a 2013. Para ello, se ha hecho una investigación bibliográfica abarcando las principales publicaciones académicas sobre el tema, tabulación de datos estadísticos obtenidos por medio de la Ley de Acceso Información y entrevistas con mediadores locales del programa. En líneas generales, el trabajo muestra que el Agroamigo se ha convertido en una política pública de financiación importante para los agricultores familiares pobres del Valle del Açu. A lo largo de sus años iniciales de existencia, el programa realizó más de 7 mil contratos e invirtió en la microrregión un volumen superior a R \$ 15 millones, siendo una parte significativa de esos recursos destinada a las mujeres rurales. A pesar de sus buenos resultados operativos y de los bajos índices de incumplimiento, se ha entendido que el microcrédito de Agroamigo ha contribuido poco a la diversificación de las fuentes de ingresos del público atendido, carente de una mayor integración con otras acciones gubernamentales para fortalecer las capacidades productivas de las familias pobres del campo.

Palabras Clave: Agricultura Familiar. Agroamigo. Microcrédito. PRONAF. Valle del Açu.

1 INTRODUÇÃO

A partir de meados dos anos 2000 foram fomentados no Brasil um conjunto variado de políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo dos segmentos sociais de baixa renda. Entre essas políticas destacam-se os programas de microcrédito produtivo. De acordo com Neri (2008), o microcrédito se encaixa no campo das microfinanças e envolve o fornecimento de crédito a clientes não atendidos pelo setor bancário convencional.

Conceitualmente, o microcrédito diferencia-se das fontes de crédito tradicionais por meio de três características: o público-alvo, a finalidade e o montante. No que diz respeito ao público-alvo, é destinado a pessoas que estejam abaixo da linha da pobreza; sua finalidade é ampliar o capital de giro ou capital fixo dos beneficiários; e o montante emprestado é sempre pequeno e regido por taxas de juros inferiores às praticadas no mercado (ALMEIDA; SANTANA, 2012).

Conforme Neri (2008), o microcrédito promove uma espécie de “choque de capitalismo” nos pobres, permitindo aos sem capital acesso a capital produtivo. Ainda segundo ele, se uma família pobre estiver munida de recursos e acompanhamento, pode conseguir realizar investimentos e sair da situação de precariedade que enfrenta por meio do trabalho por conta própria de seus membros.

No meio rural brasileiro, o principal programa de microcrédito em operação é o Agroamigo, do Banco do Nordeste (BNB). Geograficamente, o referido programa abrange a região Nordeste e também o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. O seu público prioritário é a parcela mais pobre dos agricultores familiares do país, albergados no chamado Grupo B do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)¹.

A atuação do Agroamigo em relação aos agricultores familiares pobres tem sido crescente nos estados nordestinos. No Rio Grande do Norte (RN), de modo particular, tal fato tem ensejado a realização de estudos de caráter municipal e até utilizando o recorte geográfico da política de Territórios da Cidadania (FREITAS, 2010; NUNES et al., 2015; SILVA; AQUINO, 2017). Porém, ainda se sabe muito pouco sobre o desempenho do programa ao nível agregado das microrregiões potiguares, gerando uma lacuna que necessita ser preenchida com os resultados de novas investigações científicas.

Nesse sentido, visando contribuir com a discussão, o objetivo geral deste artigo é analisar a evolução e os limites do programa Agroamigo na microrregião do Vale do Açu/RN, entre os anos de 2006 e 2013. Especificamente, o estudo busca verificar os resultados do programa no que diz respeito ao número de contratos liberados, o volume de recursos aplicados, o índice de inadimplência observado, a distribuição dos empréstimos entre homens e mulheres e o perfil das atividades financiadas.

Para concretizar os objetivos propostos, foi realizada uma revisão da literatura sobre o tema e um levantamento de dados estatísticos junto à carteira ativa de clientes do Agroamigo no BNB. Em seguida, os referidos dados, obtidos através da Lei de Acesso a Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), foram organizados em tabelas e

¹ O PRONAF é uma política pública de apoio à agricultura familiar com atuação em todos os municípios do Brasil. Os seus beneficiários foram classificados originalmente em cinco grupos (A, B, C, D e E). Todavia, no Plano Safra 2014/2015, essa estratificação havia sido alterada para A, B e Grupo Variável, conforme as seguintes condições: i) Grupo A: assentados da reforma agrária; ii) Grupo B: beneficiários cuja renda bruta familiar não seja superior a R\$ 20.000,00 por ano e que não contratem trabalho assalariado permanente; e iii) Grupo Variável – agricultores familiares com renda bruta anual maior que R\$ 20.000,00 e menor que R\$ 360.000,00, podendo contratar até dois empregados permanentes (BACEN, 2013).

interpretados a partir de informações adicionais extraídas de entrevistas realizadas em Janeiro de 2015 com os principais operadores ou mediadores da política analisada: os assessores de microcrédito rural do BNB, o presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) e o chefe do escritório regional da EMATER situado no município de Assú.

Na pesquisa de campo, foi aplicado um roteiro de entrevistas onde as mesmas perguntas foram respondidas individualmente pelos representantes das instituições encarregadas da gestão e divulgação do Agroamigo (BNB, STR e EMATER). Após a realização das entrevistas, as gravações foram transcritas e, em seguida, seus conteúdos foram analisados a fim de captar detalhes da percepção dos atores sobre o funcionamento e efetividade do programa, bem como esclarecer aspectos particulares das ações desenvolvidas.

Ainda em termos metodológicos, cabe ressaltar que os dados estatísticos do Agroamigo utilizados se resumem ao período de 2006 até 2013, uma vez que a estratificação das informações obtidas a partir de 2014 foi alterada pelo BNB inviabilizando comparações com os anos anteriores especialmente no que concerne às atividades financiadas. Já a classificação microrregional adotada segue os critérios oficiais vigentes na época da realização da pesquisa (2014/2015), os quais permanecem em uso até que seja implementada a nova divisão regional do Brasil em regiões geográficas “imediatas e intermediárias” divulgada recentemente (IBGE, 2017).

A estrutura do texto está organizada em quatro seções além dessa Introdução. Na próxima seção faz-se uma análise sobre a gênese e operacionalização do Agroamigo. A terceira seção é dedicada a uma breve caracterização da microrregião do Vale do Açu, destacando as especificidades da agricultura familiar regional. Na quarta seção, por sua vez, discute-se a evolução e as características dos financiamentos da referida política pública na microrregião açuense. Ao final do trabalho são tecidas algumas considerações sobre os principais resultados alcançados e seus desdobramentos.

2 GÊNESE E OPERACIONALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE MICROCRÉDITO RURAL AGROAMIGO

O Agroamigo é o programa de microcrédito rural do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). A sua operacionalização foi iniciada em 2005 objetivando combater a pobreza rural e tentar equacionar dois problemas das linhas de crédito existentes na área de abrangência do semiárido brasileiro: a falta de diversificação das operações de

financiamento e as altas taxas de inadimplência dos produtores beneficiados (ABRAMOVAY, 2012; AQUINO; BASTOS, 2015; BNB, 2014).

A clientela do Agroamigo é formada principalmente pelos agricultores familiares pobres enquadrados no Grupo B do PRONAF. Para obter os financiamentos, esses produtores precisam comprovar que (BACEN, 2013): i) exploram parcela da terra na condição de proprietários, posseiros, arrendatários ou parceiros; ii) residem na propriedade ou em local próximo; iii) detêm área de terra de no máximo quatro módulos fiscais; iv) utilizam o trabalho familiar como base da exploração de sua propriedade, v) obtêm no mínimo 50% de sua renda bruta anual da exploração agropecuária ou extrativista; e vi) possuem renda bruta anual familiar de até R\$ 20 mil.

Uma vez atendidos os critérios citados, os beneficiários do programa podem contratar operações de até R\$ 4.000,00 para investir em suas atividades. Os contratos são subsidiados por uma taxa de juros de 0,5% a.a. e podem ser quitados em até dois anos. O produtor beneficiado conta ainda com um rebate (desconto) de 25% para os pagamentos realizados em dia.

Os empréstimos obtidos, por seu turno, são destinados ao desenvolvimento de atividades produtivas geradoras de renda no campo ou em áreas urbanas próximas das pequenas propriedades. Tais atividades podem ser agrícolas, pecuárias ou outras atividades não agropecuárias praticadas no meio rural, como turismo, pesca, agroindústria, artesanato, comércio e serviços, etc.

Outro objetivo operacional do Agroamigo é atuar de forma descentralizada diretamente nas comunidades rurais onde residem os produtores de baixa renda, oferecendo um atendimento personalizado, com as suas operações sendo executadas e monitoradas pela presença ativa de assessores de microcrédito rural.

O assessor de microcrédito rural é um profissional com qualificação em gestão de negócios rurais que apresenta habilidades para promover e facilitar o diálogo entre os produtores e o banco, permitindo maior fluidez na liberação dos recursos ofertados. Segundo Maia, Roitman e De Conti (2012) e Schröder (2012), a atuação desses profissionais é decisiva na metodologia do Agroamigo. Além de elaborar as propostas de crédito, eles presenciam a liberação dos empréstimos, visitam os estabelecimentos rurais, e, caso seja necessário, fazem a cobrança dos contratos que estiverem em atraso, contribuindo para diminuir a inadimplência.

Como resultado das ações empreendidas, a Tabela 1 indica que o desempenho do Agroamigo no Nordeste tem sido bastante animador. Nela, observa-se que as suas

aplicações passaram de R\$ 16,8 milhões em 2005, para R\$ 1,1 bilhão em 2013. No acumulado do período (2005-2013), o programa realizou mais de 2 milhões de empréstimos, investindo nas pequenas propriedades da região R\$ 4,2 bilhões na forma de microfinanciamentos com valor médio por operação de R\$ 2.017,00.

Tabela 1 – Evolução das operações do Agroamigo na região Nordeste, 2005 a 2013

ANO	Nº DE CONTRATOS	VALOR (R\$ 1,00)	VALOR MÉDIO (R\$ 1,00)
2005	17.459	16.803.639	962
2006	130.097	140.900.932	1.083
2007	177.100	238.396.856	1.346
2008	163.686	226.422.388	1.383
2009	256.374	398.107.699	1.553
2010	295.175	536.061.839	1.816
2011	328.510	696.033.175	2.119
2012	337.171	823.681.575	2.443
2013	379.280	1.127.922.195	2.974
TOTAL	2.084.852	4.204.330.298	2.017

Fonte: Aquino e Bastos (2015, p. 148).

Um dos pontos positivos do Agroamigo é que quase metade de suas aplicações no campo nordestino é destinada às mulheres agricultoras, alcançando a marca de 47,63% dos contratos efetivados entre 2005 e 2014 (AQUINO; BASTOS, 2015). A presença massiva do público feminino entre os beneficiários do programa amplia a possibilidade de investimentos nos pequenos sítios e pode abrir espaço para uma maior valorização das mulheres no âmbito domiciliar. Além disso, os contratos elaborados pelas agricultoras aumentam as chances de diversificação das fontes de renda dentro das unidades produtivas, haja vista que elas têm mais vocação para desenvolver atividades não agropecuárias, a exemplo do artesanato (MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2006; PEREIRA NETO, 2012).

Note-se que a questão da diversificação das fontes de renda das famílias rurais pobres tem sido um tema central nas discussões sobre desenvolvimento rural no Brasil e no exterior (ELLIS, 2000; SAMBUICHI et al., 2014; SCHNEIDER, 2007). Mas como será visto no caso do Vale do Açu, objeto de investigação do presente artigo, o Agroamigo é ainda limitado por um forte viés setorial agropecuário, concentrando seus investimentos predominantemente na pecuária bovina sujeita às intempéries do clima semiárido. Antes de avançar na discussão desse e de outros aspectos problemáticos envolvendo o

programa, buscar-se-á na sequência realizar uma rápida caracterização da microrregião estudada.

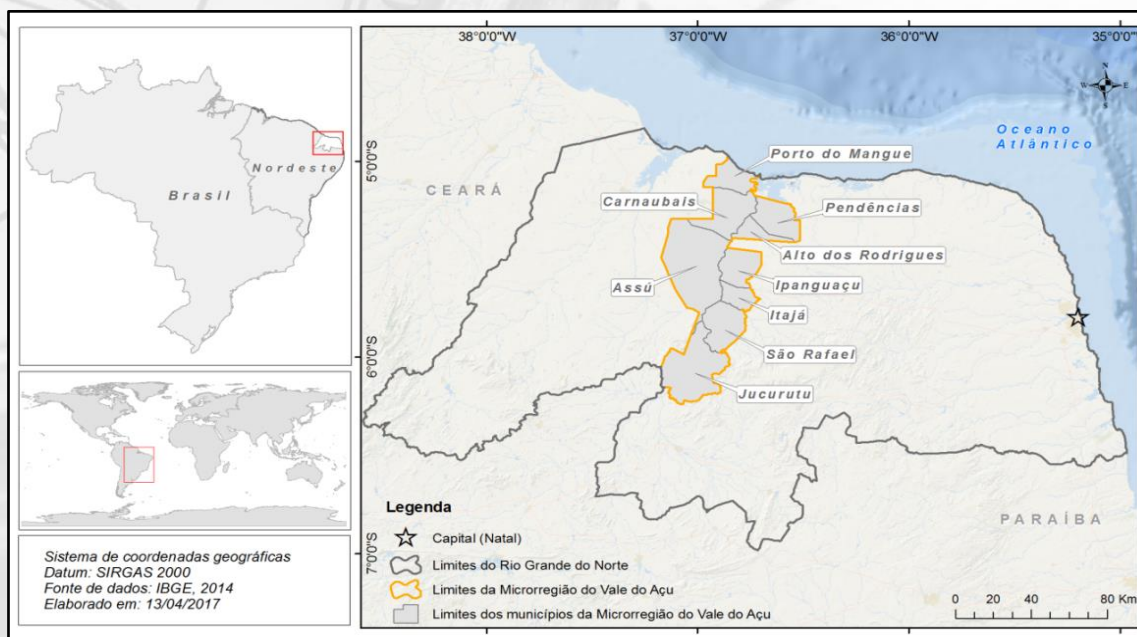
3 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇU-RN

3.1 Aspectos territoriais e socioeconômicos

O Vale do Açu é uma das 19 microrregiões do estado do Rio Grande do Norte (RN), e está situada na mesorregião Oeste Potiguar. De acordo com Aquino, Silva Filho e Miranda (2013), a microrregião é cortada pelo rio Piranhas-Açu, integra o bioma caatinga e está inserida em plenos domínios do clima semiárido, apresentando temperaturas médias de 27,5 graus e precipitações anuais normais girando em torno de 700 mm.

A Figura 1 apresenta o mapa do RN e destaca a faixa territorial que compreende o Vale do Açu. O espaço geográfico açuense abrange uma área total de 4.756,1 Km² dividida entre nove municípios: Alto do Rodrigues, Assú, Carnaubais, Ipanguaçu, Itajá, Jucurutu, Pendências, Porto do Mangue e São Rafael. Em tais localidades, conforme os dados do último censo do IBGE, realizado em 2010, residiam uma população de 140.534 habitantes, dos quais 93.779 (66,7%) habitavam na zona urbana e 46.755 (33,3%) viviam no meio rural (IBGE, 2013).

Figura 1 – Localização geográfica da microrregião do Vale do Açu-RN



Fonte: Alves, Aquino e Silva Filho (2018, p. 44).

Do ponto de vista geoeconômico, o Vale do Açu é uma das microrregiões que mais se destaca no semiárido norte-rio-grandense devido a sua abundância de recursos naturais: água doce, solos férteis, petróleo, gás natural, minerais e outros elementos da biodiversidade. Especialmente a partir dos anos 1980, com a construção da Barragem Armando Ribeiro Gonçalves e a expansão da produção de petróleo pela PETROBRAS, o território açuense vivenciou uma grande modernização de sua estrutura produtiva, puxada pelos investimentos de empresas nacionais e multinacionais.

No meio rural, o destaque recai sobre a fruticultura irrigada, com especial destaque para a monocultura da banana desenvolvida a partir do uso intensivo de insumos químicos. A produção frutícola regional, apesar dos ganhos econômicos, tem sido alvo de críticas por conta dos impactos ambientais negativos do modelo agrícola adotado e pelos seus efeitos no aprofundamento da concentração fundiária na região (ALBANO, 2008; ALVES; AQUINO; SILVA FILHO, 2018; NUNES, 2009). A desigualdade na distribuição na posse da terra afeta principalmente a agricultura familiar, que é o segmento numericamente mais expressivo no espaço geográfico açuense.

3.2 Agricultura familiar no Vale de Açu

A agricultura familiar no Brasil, conforme a Lei 11.326/2006, é definida como aquela em que o produtor possui uma área de terra que não excede quatro módulos fiscais², a administração e a mão de obra utilizada na produção é predominantemente familiar e a renda vem das atividades vinculadas ao próprio estabelecimento rural.³ Por exclusão, os produtores que não estão enquadrados nos critérios citados, com propriedades acima de quatro módulos fiscais e trabalho assalariado predominante, podem ser classificados como não familiares ou patronais (AQUINO et al., 2013; AQUINO; LACERDA, 2014; IBGE/SIDRA, 2012).

De modo particular, os indicadores das “tabulações especiais” da segunda apuração do Censo Agropecuário, apresentados na Tabela 2, revelaram a existência de 4.282 estabelecimentos agropecuários no Vale do Açu em 2006, sendo que 3.500 eram

² O tamanho do módulo fiscal no Brasil pode variar entre 5 e 110 hectares dependendo da localização geográfica (DIEESE, 2011).

³ A definição de agricultura familiar utilizada aqui limita-se aos critérios normativos estabelecidos para caracterizar o setor via estatísticas oficiais. Para uma análise conceitual mais detalhada sobre o tema, ver: Neves (2007).

agricultores familiares e 782 eram produtores não familiares. Apesar do relevante percentual de produtores familiares (81,74%), os números mostram que essa categoria detinha apenas 37,18% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários da microrregião, enquanto que o setor não familiar detinha o maior percentual de terras, ou seja, 62,82% da área total.

Tabela 2 – Número de estabelecimentos, área e pessoal ocupado na agropecuária do Vale do Açu - 2006

Tipos de agricultores	Nº de Estabelecimentos	%	Área (hectares)	%	Pessoal Ocupado	%
Familiar	3.500	81,74	70.696	37,18	9.191	69,03
Não familiar	782	18,26	119.449	62,82	4.123	30,97
Total	4.282	100,00	190.145	100,00	13.314	100,00

Fonte: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2012).

No que concerne ao efetivo de pessoas ocupadas na agropecuária do Vale do Açu, a agricultura familiar também se destaca. Ainda segundo os dados da Tabela 2, do total de 13.314 homens e mulheres ocupadas no setor agropecuário da região, 69,03%, ou seja, 9.191 pessoas trabalhavam em estabelecimentos do tipo familiar. Enquanto isso, o segmento não familiar, mesmo dispendo de uma maior quantidade das terras, empregava apenas 30,97% da mão de obra açuense.

Deve-se destacar, porém, que a situação da agricultura familiar açuense não é tão favorável como parece ser a primeira vista. Isso porque ao se estratificar a categoria registra-se na microrregião um expressivo segmento de produtores pobres e extremamente pobres classificados do Grupo B do PRONAF⁴. Como pode ser constatado na Tabela 3, dos 3.500 estabelecimentos familiares recenseados pelo IBGE na área em 2006, 1.375 ou 39,29% do total eram de agricultores enquadrados no referido grupo de produtor familiar de baixa renda.

Tabela 3 – Estratificação da agricultura familiar na microrregião no Vale do Açu - 2006

Tipos de Agricultores	Nº de Estabelecimentos	%
Grupo B	1.375	39,29
Demais grupos	2.125	60,71
Total	3.500	100,00

Fonte: Tabulação especial da segunda apuração do Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2012).

⁴ Para uma visualização dos critérios metodológicos empregados para definir o Grupo B do PRONAF, bem como os demais segmentos que compõem o programa, consultar: Aquino et al. (2013).

Com efeito, a presença de um expressivo contingente de agricultores familiares pobres no Vale do Açu reflete as contradições do modelo agrícola adotado e mencionadas anteriormente. O baixo nível de renda dessas famílias limita suas possibilidades de investimento e sua reprodução social torna-se dependente do auxílio das políticas sociais do governo federal, a exemplo do Programa Bolsa Família. É nesse cenário que o Agroamigo começa a atuar nos municípios da microrregião. Cabe analisar, então, como o programa evoluiu nos seus primeiros anos de implantação, bem como seus principais limites operacionais.

4 EVOLUÇÃO E LIMITES DO AGROAMIGO NA MICRORREGIÃO DO VALE DO AÇU

Desde o início de sua operação o Agroamigo vem consolidando-se ano a ano como um programa de apoio importante à agricultura familiar no Vale do Açu. Conforme informações constantes na Tabela 4, foram realizados durante o período de 2006 a 2013 o total de 7.263 empréstimos de microcrédito rural. Dos nove municípios que compõem a microrregião, Assú, Carnaubais, Ipanguaçu e São Rafael destacam-se por apresentarem um atendimento sem interrupções às famílias beneficiárias, registrando apenas ligeiras quedas no número de contratações em alguns anos da curta série apresentada.

No conjunto de municípios atendidos pelo Agroamigo, contudo, Jucurutu ganha evidência entre os demais em virtude da quantidade de contratos liberados (aproximadamente 36% do total). Já Pendências e Porto do Mangue apresentaram um desempenho extremamente baixo nas contratações durante o período em análise. Note-se que tais localidades só começaram a serem contemplados pela metodologia do Agroamigo em 2010 e 2011, com apenas poucos contratos, ampliando posteriormente sua participação.

Tabela 4 – Evolução dos contratos do Agroamigo nos municípios do Vale do Açu - 2006 a 2013

Municípios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2006-2013	%
Alto do Rodrigues	65	9	0	0	5	58	35	41	213	2,93
Assú	266	140	40	72	103	150	237	308	1.316	18,12
Carnaubais	99	223	172	136	143	146	152	160	1.231	16,95
Ipanguaçu	318	256	81	39	76	71	51	38	930	12,80
Itajá	4	0	0	12	37	47	44	42	186	2,56
Jucurutu	0	0	125	434	563	524	484	481	2.611	35,95

Pendências	15	0	0	0	0	6	13	24	58	0,80
Porto do Mangue	0	0	0	0	1	1	13	42	57	0,78
São Rafael	58	32	18	101	63	96	91	202	661	9,10
Vale do Açu	825	660	436	794	991	1099	1120	1338	7.263	100,00

Fonte: BNB (2015). Dados obtidos através da Lei de Acesso a Informação.

Segundo informações obtidas durante a pesquisa de campo, os municípios de Porto do Mangue e Pendências pertenciam ao Agroamigo da agência de Macau, que suspendeu as atividades da referida política devido ao elevado índice de inadimplência. Por esse motivo, os clientes desses municípios foram realocados para a agência do BNB de Assú. Outro aspecto que explica o baixo desempenho do programa em Porto do Mangue é que em seu território existem muitos assentamentos rurais e o Agroamigo tem uma atuação limitada entre o público da reforma agrária, o qual é atendido por uma linha específica do PRONAF Grupo A.

No que se refere ao volume de recursos financiados no Vale do Açu, a Tabela 5 mostra que as aplicações evoluíram substancialmente, passando de R\$ 911.588,00, em 2006, para R\$ 4.308.912,00, em 2013, um crescimento significativo de 208,44%. Ao longo desses anos, municípios como Jucurutu, Assú e Carnaubais tiveram aplicados recursos da ordem de R\$ 10,6 milhões, sendo R\$ 5,7 milhões em Jucurutu, R\$ 2,7 milhões em Assú e R\$ 2,2 milhões em Carnaubais. No geral, foram liberados mais de R\$ 15 milhões para o segmento pobre da agricultura familiar açuense classificado no Grupo B do PRONAF.

Quando a análise é direcionada para os municípios que menos receberam aplicações do Agroamigo na microrregião, nota-se, novamente, que os beneficiários do programa em Pendências e Porto do Mangue foram contemplados com um montante de recursos bastante baixo, contabilizando valores na ordem de R\$ 142.577 e R\$ 344.138, respectivamente. Tal resultado, entre outros fatores, é decorrência da dificuldade do BNB-Assú de atender a demanda da nova clientela incorporada a sua carteira após a já mencionada interrupção das atividades do programa em Macau.

Tabela 5 – Evolução do valor dos empréstimos do Agroamigo nos municípios do Vale do Açu – 2006 a 2013 (R\$ 1,00)

Municípios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2006-2013	%
Alto do Rodrigues	64.211	11.229	0,00	0,00	10.000	124.288	87.478	112.498	409.704	2,71
Assú	295.904	195.646	54.285	107.472	197.367	325.288	592.476	942.260	2.710.697	17,90
Carnaubais	109.349	309.343	240.042	195.450	265.230	332.076	379.840	456.799	2.288.129	15,11
Ipanguaçu	362.508	361.163	112.864	64.187	151.100	172.970	127.000	133.386	1.485.178	9,81

Itajá	3.982	0,00	0,00	18.108	71.486	108.000	110.000	173.498	485.075	3,20
Jucurutu	0,00	0,00	186.325	659.735	1.075.630	1.171.390	1.207.842	1.401.266	5.702.188	37,66
Pendências	18.041	0,00	0,00	0,00	0,00	12.045	32.500	79.991	142.577	0,94
Porto do Mangue	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000	2.500	32.500	307.138	344.138	2,27
São Rafael	57.593	45.912	26.075	176.550	119.320	216.934	227.500	702.075	1.571.958	10,38
Vale do Açu	911.588	923.293	619.591	1.221.502	1.892.133	2.465.490	2.797.136	4.308.912	15.139.645	100,00

Fonte: BNB (2015). Dados obtidos através da Lei de Acesso a Informação.

Ainda na Tabela 5 é pertinente observar que o ano de 2013 destaca-se no período abrangido pela pesquisa em virtude da aplicação do montante expressivo de R\$ 4,3 milhões. De acordo com os assessores do Agroamigo em Assú, esse crescimento significativo no volume de recursos liberados se deu em virtude de uma linha de crédito complementar denominada de “estiagem”, que já vinha sendo operacionalizada desde 2012 para amenizar os impactos negativos gerados pela grande seca que atingiu o território nordestino e potiguar a partir daquele ano (SOUZA, 2017). O crédito estiagem proporcionava ao público do programa uma nova contratação extra, além da permitida pelas regras estabelecidas, com 40% de desconto e prazo entre três e quatro anos para quitar o empréstimo.

A despeito da particularidade mencionada, as aplicações do Agroamigo no Vale do Açu têm se limitado a empréstimos de pequeno valor, variando de R\$ 1.500,00 à R\$ 2.600,00 por operação (BNB, 2015). Quanto ao perfil da clientela atendida pelo programa, à semelhança do que ocorre em nível de Nordeste, os dados exibidos na Tabela 6 revelam uma presença significativa do gênero feminino. Dos 7.263 empréstimos realizados na área, 3.738 (51,47%) foram assinados por homens e 3.525 (48,53%) por mulheres. Além disso, o percentual de contratos realizados especificamente por agricultoras superou a marca de 50% das operações em quatro dos nove municípios da microrregião: Alto do Rodrigues (66,20%), Carnaubais (57,76%), Itajá (66,67%) e Jucurutu (51,13%).

Tabela 6 – Distribuição dos contratos do programa Agroamigo por gênero no Vale de Açu – 2006 a 2013

Municípios	Total (A)	Masculino		Feminino	
		Total (B)	% (B/A)	Total (C)	% (C/A)
Alto do Rodrigues	213	72	33,80	141	66,20
Assú	1.316	750	56,99	566	43,01
Carnaubais	1.231	520	42,24	711	57,76
Ipangaçu	930	517	55,59	413	44,41

Itajá	186	62	33,33	124	66,67
Jucurutu	2.611	1.276	48,87	1.335	51,13
Pendências	58	35	60,34	23	39,66
Porto do mangue	57	51	89,47	6	10,53
São Rafael	661	455	68,84	206	31,16
Vale do Açu	7.263	3.738	51,47	3.525	48,53

Fonte: BNB (2015). Dados obtidos através da Lei de Acesso a Informação.

Observando-se os dados do uso do microcrédito, por sua vez, percebe-se que a proposta original do Agroamigo de tentar diversificar as atividades no meio rural não foi posta em prática. Isso porque o grosso de suas ações no Vale do Açu tem se concentrado no financiamento de atividades pecuárias e pesqueiras. Para ilustrar essa afirmação, a Tabela 7 evidencia que dos 3.738 contratos contraídos por homens, 42,32% foram para a bovinocultura, 25,97% para caprino-ovinocultura e 17,98% para caça e pesca artesanal. Já o percentual de atividades não agropecuárias mostrou-se muito baixo entre os contratos contraídos pelos agricultores na região. Nessa categoria, apenas artesanato, piscicultura e comércio varejista tiveram algum destaque, mas juntas tais atividades apresentaram um percentual irrisório de apenas 0,91% dos empréstimos efetivados.

Tabela 7 – Distribuição dos contratos do Agroamigo contraídos por homens na microrregião do Vale do Açu – 2006 a 2013

Atividades	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Vale do Açu	
									Total	%
Administração Pública	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0,03
Atividades de apoio à agricultura	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0,03
Ativ. Associativas	0	0	0	0	0	0	13	7	20	0,54
Alimentação	1	1	1	0	0	0	0	0	3	0,08
Alimentos naturais c/ práticas ecológicas	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0,03
Apicultura	0	1	0	0	1	0	0	0	2	0,05
Artesanato	3	1	1	1	2	0	3	5	16	0,43
Avicultura	0	0	2	1	1	1	31	17	53	1,42
Bovinocultura	0	197	85	219	246	286	243	306	1582	42,32
Cactácea	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0,03
Caça e pesca	247	103	16	30	30	41	49	156	672	17,98
Caprinocultura	0	15	18	4	12	15	22	24	110	2,94
Comércio atacadista	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0,03
Comércio varejo turístico	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0,05
Comércio varejista	1	1	1	2	0	0	1	2	8	0,21
Diversos (Microcrédito)	0	0	0	0	1	2	0	1	4	0,11
Extração vegetal	0	0	0	0	0	1	0	1	2	0,05
Fruticultura	2	1	0	0	1	1	7	8	20	0,54
Grãos	0	0	0	1	0	0	2	0	3	0,08
Ind. Prod. limpeza, perfumaria, cosméticos	1	0	1	0	0	0	0	0	2	0,05
Intermediários do comércio	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0,03
Moagem e beneficiamento	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0,03
Mudas e sementes	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0,03
Olericultura	1	1	0	0	1	0	2	0	5	0,13
Outras atividades (microcrédito rural)	4	5	3	1	2	3	0	22	40	1,07
Ovinocultura	0	65	102	153	155	163	121	102	861	23,03
Pecuária	222	0	0	0	0	0	0	0	222	5,94
Piscicultura	0	0	0	3	1	3	2	1	10	0,27
Serv. Aux. agropecuária, extrat. e silvíc.	3	1	0	0	0	0	1	0	5	0,13
Suinocultura	0	0	1	7	9	10	31	30	88	2,35
Total	486	394	232	422	463	526	529	686	3.738	100,00

Fonte: BNB (2015). Dados obtidos através da Lei de Acesso a Informação.

No caso dos investimentos realizados pelas mulheres, ao contrário do esperado pelas análises mais otimistas, o viés setorial pecuário do Agroamigo também prevalece. De fato, a Tabela 8 mostra que dentre as atividades financiadas no Vale do Açu as de maior destaque entre as beneficiárias do sexo feminino foram: bovinocultura (43,65%), ovinocultura (22,55%), caça e pesca (7,73%), caprinocultura (4,80%) e suinocultura (3,10%). Enquanto isso, as atividades não agropecuárias apresentaram números pouco expressivos, com algum destaque para o artesanato, com 3,44% dos contratos, e o comércio varejista, com 0,85%.

O viés setorial dos investimentos realizados pelas agricultoras atendidas pelo Agroamigo, no contexto geográfico estudado, sinaliza que o microcrédito converteu-se em um meio para incrementar o capital produtivo das famílias pobres sem efeitos profundos na autonomia feminina. Isso acontece porque é interessante para o casal de agricultores obter dois empréstimos simultâneos objetivando aumentar a capacidade de produção do pequeno sítio em que vivem. Em outras situações, a opção das mulheres por financiar a pecuária pode ser simplesmente induzida pelos maridos que já atingiram o limite de endividamento junto ao banco, cabendo a elas contrair os empréstimos para adquirir os animais tradicionalmente criados na microrregião.

Tabela 8 – Distribuição dos contratos do Agroamigo contraídos por mulheres na microrregião do Vale do Açu – 2006 a 2013

Atividades	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Vale do Açu	
									Total	%
Administração Pública	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0,03
Atividades de apoio à agricultura	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0,03
Ativ. Associativas	0	0	0	0	0	0	9	2	9	0,26
Ativ aux. do transporte	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Alimentação	1	0	1	0	0	0	0	1	3	0,09
Alimentos naturais c/ práticas ecológicas	0	0	1	3	1	1	0	0	6	0,17
Apicultura	0	0	1	1	0	3	0	0	5	0,14
Artesanato	31	2	1	7	12	9	19	40	121	3,44
Avicultura	0	1	1	0	0	5	53	60	120	3,41
Beneficiamento de fibras	0	0	0	1	1	1	0	0	3	0,09
Bovinocultura	0	150	89	179	279	312	257	271	1537	43,65
Cactácea	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Caça e pesca	79	29	4	12	25	24	34	65	272	7,73
Caprinocultura	0	19	26	15	17	28	35	29	169	4,80
Comércio atacadista	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0,06
Comercio varejo turístico	0	1	1	1	2	0	3	3	8	0,23
Comércio varejista	12	6	1	1	0	3	3	4	30	0,85
Diversos (Microcrédito)	0	0	0	0	6	2	0	0	8	0,23
Extração vegetal	0	0	1	2	8	6	3	6	26	0,74
Fruticultura	0	0	0	0	0	2	3	9	14	0,40
Grãos	0	0	0	0	1	0	1	0	2	0,06
Ind. Prod. limpeza, perfumaria, cosméticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Intermediários do comercio	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0,03
Moagem e beneficiamento	0	0	1	1	0	0	0	0	2	0,06
Mudas e sementes	2	0	1	1	0	0	0	0	5	0,14
Olericultura	0	0	0	0	0	0	1	2	3	0,09
Outras atividades (microcrédito rural)	8	8	4	6	4	3	1	12	46	1,31

Outras atividades relacionadas ao laser	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0,03
Ovinocultura	0	49	68	130	158	160	127	102	794	22,55
Pecuária	191	0	0	0	0	0	0	0	191	5,42
Piscicultura	0	0	0	1	0	3	1	0	5	0,14
Reparação e conservação	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0,03
Serv. Aux. agropecuária, extrat. e silvic.	15	1	1	4	2	1	0	0	24	0,68
Serv. Pessoais	0	0	0	0	0	1	1	0	2	0,06
Suinocultura	0	0	1	7	10	8	40	43	109	3,10
Total	339	266	204	372	528	573	591	652	3.525	100,00

Fonte: BNB (2015). Dados obtidos através da Lei de Acesso a Informação.

Na visão de Pereira Neto (2012), a atividade pecuária destaca-se das demais financiadas pelo Agroamigo em virtude da afinidade cultural do agricultor familiar nordestino com as atividades criatórias. Mas outra explicação plausível para o fato refere-se a “padronização” das propostas de crédito (AQUINO; BASTOS, 2015; MAGALHÃES; ABRAMOVAY, 2006). A padronização acontece quando não há técnicos suficientes para atender de forma individualizada os produtores, optando-se por financiar atividades pré-estabelecidas como um padrão único e invariável para todo o público do programa. Esse parece ser o caso do Vale do Açu, uma vez que durante a pesquisa de campo (janeiro de 2015) constatou-se que o escritório regional do BNB em Assú contava apenas com três assessores para atender os agricultores de sete dos nove municípios da microrregião sob sua jurisdição.

Em relação à inadimplência das operações do Agroamigo, nota-se indicadores dentro da média regional. De acordo com os assessores do programa, a agência do BNB em Assú, que atende a maioria absoluta do público que recebe o microcrédito rural na microrregião em tela, registrava até 2010 um índice de inadimplência de 10%, o qual foi gradativamente reduzido até alcançar a marca de 4,50% em janeiro de 2015. Entre os municípios que compõem a área de estudo, a situação mais problemática é a de Ipangaçu, com uma taxa de inadimplência de 13,02%. Por outro lado, no mesmo período, os menores índices de não-pagadores foram registrados em Alto do Rodrigues (2,4%), Assú (1,14%) e Porto do Mangue (0,52%).

De maneira geral, diante dos resultados apresentados, os mediadores têm uma visão positiva sobre a atuação do Agroamigo no Vale do Açu. Porém, todos parecem conscientes de que o programa isoladamente não consegue resolver as “múltiplas carências” que atingem os produtores pobres do Grupo B do PRONAF. A respeito disso, por exemplo, o Presidente do Sindicato dos Agricultores e Agricultoras de Assú registra que: “Mesmo não resolvendo todas as dificuldades que os agricultores encontram no campo, o Agroamigo é um programa que tem ajudado muito, sem ele seria bem pior” (Entrevista concedida em janeiro de 2015).

Já um dos assessores de crédito entrevistado acrescenta que:

O programa tem contribuído para que o agricultor permaneça na zona rural, e que estando lá ele consiga desenvolver suas atividades para através delas gerar sua renda. O programa sozinho não consegue tirar as famílias da pobreza, mas é um começo. Eu não vejo, por exemplo, você tá lá pobre comprar duas vacas e sair da extrema pobreza, mas acho que venha a ser um começo, uma luz. Eu vejo assim, que num período mais longo (4 a 5 anos) se ele aplicar a metodologia direitinho pode ser que consiga sim. Nosso intuito é que eles migrem do Grupo B para o Grupo V. Agora, dizer que saiu da pobreza com o Agroamigo não, mas é um caminho que melhora bastante (Entrevista concedida em janeiro de 2015).

A mesma percepção é compartilhada pelo chefe do escritório regional da EMATER em Assú. Nas suas palavras:

O Agroamigo atende um público que antes não era atendido, o crédito hoje está mais acessível, principalmente para o pequeno agricultor. A política do Agroamigo é benéfica porque ela está pegando pessoas sem a mínima condição, pessoas de baixo poder aquisitivo, fazendo com que aquela família comece a produzir, isso é empreendedorismo. Agora, o que precisa é melhorar as condições desse atendimento (Entrevista concedida em janeiro de 2015).

Por conseguinte, as opiniões apresentadas pelos entrevistados não necessariamente refletem a realidade objetiva. Para mensurar os impactos econômicos e sociais dos recursos aplicados seria necessária uma avaliação bem mais rigorosa metodologicamente. De qualquer forma, os resultados positivos destacados pelos mediadores locais podem ser considerados como hipóteses plausíveis a serem testadas em futuras pesquisas sobre o tema. Afinal, sem os recursos subsidiados do microcrédito do Agroamigo dificilmente os agricultores familiares pobres açuenses teriam condições de investir em suas pequenas propriedades, tendo em vista a situação de precariedade que vivenciam.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral do presente artigo foi analisar a evolução e os limites do programa de microcrédito rural Agroamigo na microrregião do Vale do Açu, compreendendo o período de 2006 a 2013. Especificamente, buscou-se identificar e discutir os principais resultados do programa no que diz respeito ao número de contratos liberados, volume de recursos aplicados, índice de inadimplência, distribuição dos

contratos quanto ao gênero do público atendido, bem como o perfil das atividades financiadas. Com isso, o estudo trouxe para o meio acadêmico informações relevantes sobre o desempenho da referida política pública na microrregião, algo que ainda não havia sido realizado em outras pesquisas referentes ao tema.

A análise dos dados trabalhados revelou que o Agroamigo está consolidado operacionalmente nos municípios que compõem o Vale do Açu. Ao longo dos seus anos iniciais de existência, o programa liberou mais de 7 mil contratos e investiu um volume superior a R\$ 15 milhões em favor dos produtores pobres enquadrados no Grupo B do PRONAF. Uma parte parcela significativa desse montante destinou-se as mulheres rurais, embora se questione a sua liberdade de escolha na aplicação dos empréstimos no âmbito das unidades familiares de produção.

Outro aspecto evidenciado refere-se ao papel exercido pelos assessores de microcrédito na operacionalização do Agroamigo. É através da ação desses profissionais que o programa consegue manter sob controle os índices de inadimplência no território açuense, que encerraram o período analisado em 4,50%. No entanto, a atuação deles junto aos agricultores ainda não foi capaz de diversificar as atividades financiadas dentro do programa, algo verificado também nas demais áreas de abrangência do BNB em nível de Nordeste. No Vale do Açu, o financiamento para as atividades pecuárias ainda é excessivamente alto.

É imprescindível, então, que o programa consiga diversificar melhor as atividades financiadas para que os membros das famílias agricultoras possam ir além da agricultura ou da criação de animais. Divulgar entre o público jovem e feminino informações sobre pequenos negócios que podem ser desenvolvidos nos próprios estabelecimentos rurais são ações de extrema importância. Para isso, é necessário promover reuniões tanto informativas quanto demonstrativas capazes de despertar neles o desejo de empreender e inovar. Dessas ações poderão resultar oportunidades de negócios para elevar a renda das famílias, além de permitir que as mesmas sejam realizadas e mantidas.

Ademais, deve-se reconhecer que o programa Agroamigo não consegue resolver velhos problemas existentes no meio rural, como, por exemplo, a carência de abastecimento de água nas pequenas propriedades. Essa é uma realidade observada não só no Vale do Açu, mas também em outras microrregiões do RN. A dificuldade que o agricultor enfrenta para lidar com os períodos de seca prolongada e a carência de assistência técnica especializada são outros problemas que o microcrédito rural não consegue resolver isoladamente. Portanto, para que o programa possa atingir o objetivo a

que se propõe, é necessário integrá-lo em um leque mais amplo de políticas de desenvolvimento e de fortalecimento das comunidades rurais.

Nesse sentido, novas pesquisas sobre a temática podem contribuir diretamente para monitorar os rumos da política pública estudada e melhorar a compreensão de seus resultados. Um dos desafios de tais pesquisas é atualizar a base de dados trabalhada aqui a fim de verificar a dinâmica das operações de microcrédito realizadas depois de 2013. Outro desafio importante é tentar mensurar os efeitos dos recursos aplicados nas condições de reprodução econômica do público atendido. Isso exigirá avançar além da abordagem de indicadores estatísticos agregados e realizar estudos de caso que combinem múltiplos métodos de análise de caráter quantitativo e qualitativo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Alcance e limites das finanças de proximidade no combate à inadimplência: o caso do Agroamigo, In: BARBOSA, C. G.; TEIXEIRA, M. A.; DAMASCENO, W. S. (Org.). **A experiência dos programas de microcrédito do Banco do Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2012. p. 369-383.

ALBANO, G. **Globalização da agricultura e concentração fundiária no município de Ipangaçu – RN**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

ALMEIDA, W. L. M.; SANTANA, J. R. O microcrédito como estratégia de redução da pobreza no Nordeste: uma avaliação a partir do programa Crediamigo, In: BARBOSA, C. G.; TEIXEIRA, M. A.; DAMASCENO, W. S. (Org.). **A experiência dos programas de microcrédito do Banco do Nordeste**. Fortaleza/CE: BNB, 2012. p. 93-129.

ALVES, V. E. L.; AQUINO, J. R.; SILVA FILHO, R. I. A modernização da fruticultura irrigada e seus impactos socioeconômicos e ambientais no Vale do Açu/RN. **Revista GeoInterações**. Assú/RN, v. 2, n. 1 p. 35-56, jan./jun. 2018.

AQUINO, J. R. et al. **Caracterização do público potencial do PRONAF “B” na região Nordeste e no estado de Minas Gerais**: uma análise baseada nos dados do Censo Agropecuário 2006. Brasília: IPEA, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/130319_relatorio_caracterizacao_publico.pdf. Acesso em: 10 abr. 2013.

AQUINO, J. R.; LACERDA, M. A. D. Magnitude e condições de reprodução econômica dos agricultores familiares pobres no semiárido brasileiro: evidências a partir do Rio Grande do Norte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba/SP, v. 52, p. 167-188, 2014.

AQUINO, J. R.; BASTOS, F. Dez anos do Programa Agroamigo na região Nordeste: evolução, resultados e limites para o fortalecimento da agricultura familiar. **Revista**

Econômica do Nordeste. Fortaleza/CE, v. 46, suplemento especial, p. 139-160, jul./2015.

AQUINO, J. R.; SILVA FILHO, R. I.; MIRANDA, M. A socioeconômica e o meio ambiente do Vale do Açu no limiar do século XXI. **Revista do Instituto Cultural do Oeste Potiguar.** Mossoró-RN, n. 17, p. 29-43, jul./2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.** Brasília: BACEN, 2013. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?PRONAFFAQ>. Acesso em: 17 jul. 2014.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Programas de microfinanças do Banco do Nordeste:** Relatório 2013. Fortaleza: BNB, 2014. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/documents/22492/41207/relatorio_microfinanca_2013.pdf/d2432131-13cc-4708-8d46-ba61b6413f19. Acesso: 27 dez. 2014.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Dados da carteira ativa do Programa Agroamigo.** Fortaleza: BNB, 2015. (Resposta ao pedido de informação NUP. 99905000017201525, encaminhado via sistema e-SIC da Controladoria Geral da União – CGU).

DIEESE. **Estatísticas do meio rural 2010-2011.** 4. ed. São Paulo: DIEESE/NEAD-MDA, 2011.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries.** Oxford: Oxford University Press, 2000.

FREITAS, F. W. M. **Microcrédito produtivo rural e agricultura familiar:** a experiência recente do Agroamigo no município de Santana do Matos/RN. Assú, 2010. 47f. Monografia (Graduação em Economia). Universidade do Estado Rio Grande do Norte. Departamento de Economia, Assú. 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006:** agricultura familiar - MDA/PRONAF (Lei nº 11.326 de 24/07/2006). Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/defaultMDA.asp?z=p&o=2&i=P>. Acesso em: 20 fev. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades. Rio Grande do Norte.** Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=24&search=rio-grande-do-norte>. Acesso em: 24 nov.2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias, 2017.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

MAGALHÃES, R.; ABRAMOVAY, R. **Acesso, uso e sustentabilidade do PROANF B.** São Paulo: MDA/FIPE, 2006.

MAIA, G. B. S.; ROITMAN, F. B.; DE CONTI, B. M. Pronaf B: evolução e metodologias. **Informativo Técnico Agris BNDES**. [S.l.], n. 2, p. 1-16, fev. 2012.

NERI, M. **O mistério nordestino e o Grameen brasileiro**: perfil e performance dos clientes do CrediAmigo. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M.; SUZUKI, J. C. (Orgs.). **Geografia agrária**: teoria e poder. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211-270.

NUNES, E. M. **Reestruturação agrícola, instituições e desenvolvimento rural no Nordeste**: as dinâmicas regionais e a diversificação da agricultura familiar no Poló Assú-Mossoró, 2009. 351f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS. 2009.

NUNES, E. M. et al. Microcrédito, infraestrutura e desenvolvimento rural: o Agroamigo investimento e custeio na agricultura familiar de territórios do Rio Grande do Norte. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza/CE, v. 46, suplemento especial, p. 55-71, jul./2015.

PEREIRA NETO, A. BNB - Agroamigo: uma bem-sucedida política pública de combate à pobreza no meio rural do Nordeste do Brasil. In: BARBOSA, C. G.; TEIXEIRA, M. A.; DAMASCENO, W. S. (Org.). **A experiência dos programas de microcrédito do Banco do Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2012. p. 229-240.

SAMBUICHI, R. H. R. et al. A diversificação produtiva como forma de viabilizar o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Brasil. In: MONASTERIO, L. M.; NERI, M. C.; SOARES, S. S. D. (Edit.). **Brasil em desenvolvimento 2014**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2014. p. 61-84.

SCHNEIDER, S. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**. Brasília, ano XVI, n. 3, p. 14-33, jul./ago./set. 2007.

SCHRÖDER, M. Políticas públicas e agricultura familiar no Brasil: inovações institucionais a partir do Pronaf. In: BARBOSA, C. G.; TEIXEIRA, M. A.; DAMASCENO, W. S. (Org.). **A experiência dos programas de microcrédito do Banco do Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2012. p. 245-275.

SILVA, C. R. A. A.; AQUINO, J. R. Evolução e limites do programa de microcrédito rural Agroamigo no município de Angicos no Rio Grande do Norte. **Revista GeoNordeste**. São Cristóvão/SE, Ano XXVIII, n. 2, p. 117-138, jul./dez., 2017.

SOUZA, E. M. **As secas no Nordeste e seus efeitos recentes na agropecuária do Rio Grande do Norte**. Assú, 2017. 129f. Monografia (Graduação em Economia). Universidade do Estado Rio Grande do Norte. Departamento de Economia, Assú. 2017.
